

6.ª 06.09.2018	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CARNIDE
---------------------------------	--

ACTA

Aos seis dias do mês de **Setembro** do ano de **dois mil e dezoito**, pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, reuniu em **segunda sessão extraordinária** do quadriénio 2017-2021 a Assembleia de Freguesia de Carnide, tendo estado presentes: **MARIA VILAR DIÓGENES, FERNANDO JOSÉ LOURO OLIVEIRA, MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ, VIRGINIA CRUZ GARCIA PINTO, JOSÉ ANTÓNIO DA COSTA MORGADO, DANIEL LUIS MARTINS DA SILVA SOARES, VASCO HENRIQUE MARQUES BARRETO DE CASTRO FERREIRA, JORGE HUMBERTO OLIVEIRA DA SILVA, JOÃO VENTURA TOURÃO, PAULO RENATO LOPES RODRIGUES, DIANA ISABEL BECHET GONÇALVES VALE, MIGUEL MARTINS AGROCHÃO E NOEMI PARAISO GOMES DA SILVA** em substituição de **MÁRIO ANTÓNIO DE OLIVEIRA ALVES**, que justificou a sua ausência.

Por parte do Executivo estiveram presentes: **FÁBIO MARTINS DE SOUSA, FLORIANE SILVESTRI, MARIA TERESA FERREIRA MARTINS, PAULA CRISTINA MARQUES GRANJA e SUSANA MARIA BERNARDO VIEIRA DA CRUZ.**

Na **Ordem de Trabalhos** desta Assembleia, e conforme prévia convocatória, constava a abordagem ao ponto único:

§ Transferência de competências para as autarquias;

Antes do início da reunião foram entregues à Presidente da Mesa da Assembleia três Propostas de Deliberação sobre Transferências de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, nomeadamente por parte da CDU, do CDS e do PSD, que seguem em anexo a esta acta, e que, respeitando a ordem de entrada, foram classificadas como proposta 1, 2 e 3, respectivamente.

A abrir a Sessão, a Presidente saudou todos os presentes e passou de imediato a palavra a Miguel Agrochão para que este pudesse apresentar e explanar as ideias contidas na Proposta de Deliberação da CDU

Assim, **MIGUEL AGROCHÃO** começou por recordar que até dia 15 de Setembro se tornava necessário fazer chegar à Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), a intenção expressa de não aderir, para já, ao processo de descentralização de competências, caso seja essa a vontade dos Órgãos Locais, que resulte determinada nas respectivas Assembleias.

Recordou também que, por essa razão, a CDU sentiu necessidade de requerer a marcação de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária e de aí apresentar uma Proposta de Deliberação, no sentido de, expressamente, não aderir a este processo de transferências, uma vez que não se revê na forma como o mesmo foi conduzido e nos contornos com que se concretizou.

“Esta é uma medida que não serve aquilo que é razão primária do Poder Local, como sejam as populações, e seguir o princípio da subsidiariedade, munindo as estruturas que estão

mais próximas da população para resolver os problemas das mesmas populações. É preciso fazer um adequado e real acompanhamento entre meios e atribuições” – afirmou.

De seguida, dando-se a palavra a **DIANA VALE**, foi feita a apresentação da Proposta de Deliberação apresentada pelo CDS.

Neste sentido, **DIANA VALE** começou por explicar que o CDS é favorável ao processo de descentralização, mas, na mesma linha do que havida sido afirmado por Miguel Agrochão, não concorda com a forma nem com os moldes como este processo tem vindo a ser conduzido.

Disse também que o CDS acredita que a descentralização de competências é essencial para um efectivo e melhor desenvolvimento social e económico dos portugueses; reafirmou a consciência de que os Órgãos Autárquicos desempenham e têm uma função e uma missão fundamental na oferta de serviços públicos de qualidade, muito ligada à política de proximidade com as populações.

Recordou, depois, que este foi um processo iniciado no anterior governo PSD/CDS, mas, sublinhou, nunca nestes moldes nem nestes contornos.

Referiu, ainda, que o CDS não concorda com estes moldes por considerar que a proposta do Governo não foi devidamente estudada, nem analisada, nem discutida com todos os parceiros, nomeadamente com os municípios e que, em muitas matérias, não está devidamente densificada. *“Vivemos num país com realidades diferentes e não sabemos se todos os municípios têm capacidade para acatar com estas suas novas competências” – disse DIANA VALE.*

Em continuação, afirmou ainda que o CDS tem também muitas dúvidas acerca de algumas das áreas que o Governo pretende descentralizar. *“Uma coisa é descentralizar, outra bem diferente – que é o que parece estar este Governo a fazer - é o tentar desresponsabilizar-se de áreas e funções que cabem única e exclusivamente ao Estado e que deve ser o Estado a prestá-las” – concluiu.*

JOSÉ MORGADO, por seu lado, apresentou a Proposta de Deliberação trazida pelo PSD, afirmando que os argumentos nela constantes são, de alguma forma, coincidentes com o que já anteriormente fora dito pelos eleitos da CDU e do CDS.

Afirmou **JOSÉ MORGADO** que, tal como o CDS, também o PSD acredita na descentralização das competências, discordando, contudo, com a forma como ela está actualmente a ser feita.

Recordou que, na Assembleia da República, o PSD participou nas negociações com o PS para que esta Lei pudesse ser aprovada, mas o calendário e os pressupostos para que a Lei fosse aplicada têm estado a “derrapar”. Afirmou também que *“não obstante o facto de o Governo não estar a cumprir a sua parte, nomeadamente a apresentação e a aprovação dos decretos-leis sectoriais para as diversas áreas que se propõe entregar às autarquias, mantém as datas – nomeadamente o 15 de Setembro – para tomar decisões no escuro”.*

Nesta sequência, também o PSD propõe a não aceitação desta forma de implementar a descentralização aprovada na Assembleia da República, e propõe a não aceitação pelos Órgãos Autárquicos da Freguesia de Carnide de quaisquer competências no ano de 2019, no âmbito da mesma lei.

Dando-se de seguida a palavra a **DANIEL SOARES**, este eleito pelo PS começou por afirmar que a sua bancada não apresentava qualquer proposta ou proposta alternativa, por considerar que ela é extemporânea e que será desprovida de qualquer valor jurídico.

Afirmou, também, considerar importante que se analisasse esta questão sob dois aspectos: o aspecto político e o aspecto formal.

Relativamente ao aspecto político, declarou ser conhecida a posição do PCP, entendendo, por isso, as razões porque esta Assembleia foi marcada, mas abstendo-se de debater as questões políticas que lhe estão subjacente e, por outro lado, achar curiosa a posição do PSD.

Quis notar, contudo, que, da mesma forma como na Proposta apresentada pela CDU são referidas as preocupações do Presidente da República, é importante ter em conta que o Presidente da República afirmou também que *“os diplomas aprovados pela Assembleia da República pretendem dar passos no sentido da descentralização, quer para os municípios, quer para as freguesias, o que é inequivocamente positivo. Reúnem os votos correspondentes a quase 2/3 do Parlamento e, sobretudo, a mais de 2/3 da representação autárquica, o que parece traduzir o entendimento muito amplo de regime”*.

Relativamente às questões formais, e considerando que também elas são relevantes nesta matéria, **DANIEL SOARES**, sugeriu que as Propostas apresentadas a esta Assembleia pelas diversas forças políticas não fossem votadas, porquanto, de acordo com o que foi tornado público através de Comunicado do Conselho de Ministros, a Lei 50, para produzir efeitos, depende da publicação dos diplomas sectoriais – o que ainda não aconteceu – o que significa, portanto, que o prazo de 15 de Setembro deixa de ter qualquer relevância.

Nesta sequência **DANIEL SOARES** apresentou cópia do referido Comunicado do Conselho de Ministros, solicitando que a mesma pudesse ser anexada à Acta desta Assembleia.

Afirmou, ainda, que também a própria DGAL já se havia pronunciado sobre esta questão, na sequência de cartas enviadas pelo senhor Ministro da Administração Interna aos Presidentes de Câmaras e das Assembleias Municipais, dizendo exactamente o mesmo que o que ele acabara de expor.

Ainda do ponto de vista formal da Lei, considerou ser importante ter em conta que o artigo 44º (que afirma que a Lei produz efeitos após aprovação dos diplomas legais de âmbito sectorial) conflitua com o artigo 4º (que estabelece o prazo limite de 15 de Setembro), pelo que se entende não estarem reunidas as condições para aceitar ou rejeitar as competências.

Por outro lado, afirmou ainda **DANIEL SOARES**, para as freguesias de Lisboa há também a considerar uma questão importante, que está relacionada com o princípio da especialidade, através do qual se advoga que uma lei especial prevalece sobre uma lei geral e que a lei geral não derroga a lei especial, a menos que assim o diga expressamente.

A terminar a sua intervenção, **DANIEL SOARES** afirmou considerar importante referir que o documento trazido pelo CDS a esta Assembleia de Freguesia não configura um Documento de Proposta, mas sim uma Moção. Concluindo que, estando-se numa reunião extraordinária, onde não há Ponto Antes da Ordem do Dia, não seria de aceitar esta Moção. Contudo, deixava à consideração da Assembleia a decisão de aceitação deste

documento, em condição de excepção, para que, havendo votação também ele pudesse ser votado, mas pedindo, nesse caso, que a sua votação pudesse ser feita por pontos.

Dando-se de seguida a palavra a **MIGUEL AGROCHÃO**, que assim a havia solicitado à Presidente da Mesa da Assembleia, este elemento começou por agradecer a análise jurídica de Daniel Soares, mas sublinhou que, num Estado de Direito Democrático, nem um comunicado do Conselho de Ministros, nem um esclarecimento da Direcção Geral das Autarquias Locais têm poder de Lei, nem compete a nenhum destes Órgãos fazer a interpretação legal.

E, em continuação da sua interpretação, reforçou que, na realidade, considerava estar-se, antes, perante mais uma má prática legislativa.

Assim, afirmou ainda que, pese embora a aparente conflitualidade entre os artigos 4º e 44º, a CDU continuava a propor a votação das Propostas de Deliberação aqui apresentadas, mesmo que no final se viesse a confirmar o entendimento de ausência de valor jurídico. Sustentou esta posição defendendo que se, entretanto, havia sido publicado este Comunicado do Conselho de Ministros, nada obstava a que futuramente pudesse sair um outro Comunicado, em sentido contrário, pelo que, nem que apenas por precaução, julgava útil preservar esta intenção de votar.

Relativamente à Proposta de Deliberação apresentada pelo PSD, **MIGUEL AGROCHÃO** afirmou que a CDU, concordando com ela de forma genérica, tinha alguma dificuldade em acompanhar o conteúdo dos seus quinto e sexto parágrafos.

A propósito da Proposta apresentada pelo CDS, afirmou que a CDU não levantaria quaisquer questões formais nem se oporia a que ela pudesse ser aceite e sujeita a votação, concordando, contudo, com a proposta do PS de que a mesma fosse votada ponto por ponto.

Após alguma breve troca de impressões, **JOSÉ MORGADO**, anuiu na retirada do quinto parágrafo da sua Proposta, deixando contudo inalterada a redacção do sexto parágrafo.

Por indicação da Presidente da Mesa da Assembleia, **MARIA VILAR DIÓGENES**, procedeu-se, então, à votação das Propostas de Deliberação resultando as mesmas da seguinte forma.

- Proposta de Deliberação apresentada pela CDU, - **aprovada**, com os votos favoráveis da CDU (7), PSD (2), CDS (1), e com votos contra do PS (3);
- Proposta de Deliberação apresentada pelo CDS e votada ponto por ponto:

Ponto n.º 1 – **Aprovado por unanimidade;**

Ponto n.º 2 – **Aprovado**, com os votos favoráveis do CDS (1) e PSD (2) e com as abstenções da CDU (7) e PS (3);

Ponto n.º 3 – **Aprovado**, com os votos favoráveis do CDS (1) e PSD (2) e com as abstenções da CDU (7) e PS (3);

Ponto n.º 4 – **Aprovado**, com os votos favoráveis da CDU (7), PSD (2), CDS (1), e com votos contra do PS (3);

- Proposta de Deliberação apresentada pelo PSD, - **aprovada**, com os votos favoráveis da CDU (7), PSD (2), CDS (1), e com votos contra do PS (3);

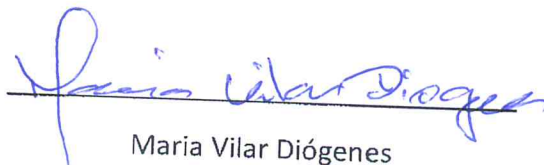
Após este processo de Votação, **DANIEL SOARES**, declarou pretender o PS apresentar uma Declaração de Voto Oral, tendo, nesta sequência afirmado: *"Votamos a favor do ponto n.º 1 da Proposta do CDS porque acompanhamos a importância da descentralização; nos n.º 2 e n.º 3 abstemo-nos porque decorrem da Lei, e no n.º 4 votamos contra porque achamos que não estamos em condições de tomar qualquer posição, e porque neste momento não há qualquer posição para tomar"*.

Terminando assim a abordagem do ponto em Agenda, **MARIA VILAR DIÓGENES** propôs que a próxima Assembleia de Freguesia Ordinária, agendada para 17 de Setembro, pudesse realizar-se nas instalações do Carnide Clube, recebendo esta proposta a concordância de todos os presentes.

A encerrar esta Assembleia, procedeu-se à leitura da Acta em Minuta que resultou aprovada por todos os elementos da Assembleia presentes.

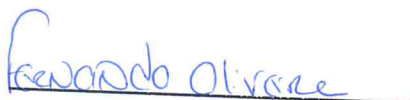
Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta Assembleia de Freguesia, eram vinte e duas horas, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por **MARIA VILAR DIÓGENES**, Presidente; **FERNANDO OLIVEIRA**, 1.º Secretário, que a redigiu e **MARIA JOSÉ CRUZ**, 2.ª Secretária.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Vilar Diógenes

1.º Secretário



Fernando d'Oliveira

2.ª Secretária



Maria José Cruz

